





IGeoE, que conta ainda do seu lado com a direcção científica dos trabalhos; apoio técnico e formação na área do tratamento documental da responsabilidade do CEG. Às duas instituições envolvidas cabe ainda a tarefa da produção dos registos bibliográficos e a sua disponibilização.

## 1. Antecedentes do Projecto

De 2002 a 2005, no quadro de um projecto de investigação e desenvolvimento subsidiado pelo POCTI e pelo FEDER, o Instituto Geográfico do Exército, a Direcção de Infra-Estruturas do Exército (DIE, então denominada Direcção dos Serviços de Engenharia, detentora dos fundos cartográficos) e o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG, instituição proponente) estiveram envolvidos em trabalhos similares aos que aqui se descrevem. O objectivo primordial do SIDCarta (Sistema de informação para documentação cartográfica: o espólio da engenharia militar portuguesa) era o tratamento dos 12000 documentos detidos pela DIE, quase todos cartas ou plantas manuscritas dos finais do século XVIII e do século seguinte, de enorme valor histórico, pondo-os à disposição dos inúmeros interessados, que até aí sempre se haviam deparado com barreiras à sua utilização. Do tratamento e da preservação dos documentos resultariam enormes benefícios para o trabalho de investigadores nacionais e estrangeiros, para o conhecimento da Cartografia e, enfim, para a valorização da instituição militar<sup>1</sup>.

Os resultados alcançados falam por si, bastando para isso consultar a base disponível na Internet, desde o final de 2005<sup>2</sup>. Para tal, foram digitalizados, pelo IGeoE, os 12 000 documentos deste espólio, dos quais uma parte foi catalogada e estudada por 6 investigadores do CEG (com diferente dedicação ao projecto) e a maioria pré-catalogada (a partir do ficheiro manual). Embora não previsto inicialmente, à base juntou-se ainda uma centena de registos de autoridade, contendo uma descrição sumária dos autores e da sua actividade profissional, que haviam sido estudados tendo em vista a melhor descrição dos documentos (incluindo a atribuição de data, ausente em muitos deles). Dos trabalhos, de que assumimos a

condução como Investigadora Responsável, resultaram, para além das bases já referidas (bibliográfica, de imagens e de autores), mais de 4 dezenas de títulos publicados, entre livros, capítulos, artigos, comunicações, dissertações, relatórios, catálogos, etc.

Decorridos que estão 6 anos desde o final dos trabalhos, o balanço do Projecto SIDCarta é, para nós agora, menos animador. Escrevíamos então, no relatório final, em nota da nossa própria responsabilidade: "A Direcção dos Serviços de Engenharia [actualmente DIE] tem agora todo o seu espólio digitalizado e informatizado. Sozinha ou apoiada em projectos futuros, poderá prosseguir os trabalhos de melhoria das bases de dados com alguma segurança. Dispõe também de condições mínimas para que todos os interessados possam aceder aos documentos. Para que as acções empreendidas tenham sucesso, permito-me chamar aqui a atenção para a necessidade óbvia desta instituição dispor de um técnico documentalista com formação superior, cabalmente preparado nesta área". Palavras vãs mas bem-intencionadas: se "a base bibliográfica precisa ainda de ser melhorada e a de autores ampliada", como aí se preconizava, nada se alterou de então para cá. As bases têm permanecido imutáveis e os serviços perderam o contacto com os investigadores que as ajudaram a construir. Mesmo os sucessivos catálogos e exposições que se continuaram a promover (*Portugalliae descriptio*, 2006; *Portugal em vésperas das Invasões Francesas*, 2007; *Portugallie Civitates*, 2008; *Finis Portugalliae*, 2009; *Cursos e percursos para o Mar Oceano...*, 2010), em colaboração com o IGeoE, e que deveriam contribuir para a dinamização dos trabalhos e a valorização de tal espólio, nenhuma repercussão tiveram na sua melhoria.

É hoje do nosso entendimento que, implicando estas bases esforços continuados e melhorias permanentes, a solução para as dificuldades técnicas e financeiras das instituições não se resolvem com projectos pontuais, que consomem recursos públicos mas que não têm depois qualquer sequência. Situação semelhante também se tem verificado, aliás, com outros trabalhos que nos são estranhos (caso da Cartoteca do ex-Centro de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical, cujo projecto de tratamento foi contemporâneo do SIDCarta<sup>3</sup>). ►►

1 DIAS, Maria Helena et al. – Projecto SIDCarta: um sistema de informação em prol da História da Cartografia militar portuguesa. In DIAS, Maria Helena; GARCIA, João Carlos; ALMEIDA, André Ferrand de; MOREIRA, Luís (coord.) – História da Cartografia militar, séculos XVIII-XX. Viana do Castelo: Câmara Municipal, 2005. ISBN 972-588-172-9. p. 139-161.

2 <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/>

3 Disponível em <http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccato1.asp>

Se do SIDCarta se obtiveram resultados que, embora sem qualquer melhoria posterior, ainda hoje podem, e continuam, a ser utilizados com proveito, já em experiências que tivemos anteriormente em projectos similares, de participação, nada resultou em benefício dos utilizadores. Foi o caso do tratamento conjunto do espólio da Área de Cartografia da Biblioteca Nacional de Portugal e do CEG (instituição proponente), com a colaboração do Instituto Superior Técnico, em 1996-1999. A base resultante desse projecto, subsidiado pelo PRAXIS, foi de tal forma tornada complexa que nunca chegou a ser divulgada. Além disso, impediu-se que os registos fossem reaproveitados pela Mapoteca do CEG, que nos trabalhos colaborara activamente ainda antes do início do projecto e até finais de 1998.

Finalizado o SIDCarta, era então chegado o momento do IGeoE e do CEG tratarem os seus próprios documentos, preparando as suas Cartoteca e Mapoteca para os desafios do futuro. Estando reunidas as condições, optou-se pela não candidatura aos complicados projectos de investigação e desenvolvimento, executados em períodos demasiado curtos e exigindo a dedicação a tarefas burocráticas, muito pesadas e para as quais nem sempre os investigadores dispõem de tempo ou mesmo de preparação, para além de implicarem a bizarra disponibilidade financeira dos próprios investigadores, que chegam a adiantar o financiamento dos trabalhos com compensação ao fim de vários anos (por exemplo, 10 % do valor aprovado e justificado só é reembolsado depois do projecto avaliado).

Congregaram-se, por isso, os meios técnicos e as boas vontades em simples parcerias de trabalho conjunto, de forma a caber a cada instituição o que de melhor se lhe poderia exigir: direcção científica a um investigador da área (anteriormente CEG, hoje consultor por parte do IGeoE); direcção técnica a um documentalista especializado (CEG); digitalização e tratamento das imagens ao IGeoE; catalogação repartida entre CEG e IGeoE. Assim, de 2006 a 2010, trataram-se, ao abrigo de uma primeira parceria<sup>4</sup>, as séries cartográficas militares do Continente e das Regiões Autónomas, disponibilizadas por cada uma das instituições sepa-

radamente nas suas próprias bases locais e na Internet. Entre as várias colecções tratadas, contam-se as cartas militares de Portugal (1:25 000, 1:50 000, 1:250 000, 1:500 000), bem como as cartas itinerárias militares, antigas e actuais, a carta dos arredores de Lisboa (1:20 000, 1981-1934) e a antiga carta corográfica inicialmente dirigida por Filipe Folque (1:100 000, 1856-1904), num total de cerca de 3500 registos.

Em 2011, acompanhando a nossa aposentação e o consequente afastamento do CEG e da sua Mapoteca, era lançado o projecto de tratamento das séries topográficas das ex-colónias portuguesas/cartAFRICA.

## 2. As bases bibliográficas e de imagens. Alguns exemplos dos trabalhos em curso

Estão tratadas e disponíveis as seguintes cartas ou colecções, correspondentes a quase 1300 registos já efectuados (Setembro de 2011):

- Cartas de Angola: 1:100 000 (esta realizada anteriormente ao começo formal dos trabalhos), 1:250 000 (três séries, duas delas ainda a aguardar tratamento) e fotomapas (1:100 000);

- Cartas de Moçambique: 1:50 000, 1:250 000 (três séries), 1:500 000, fotomapas (1:100 000), cartas cadastrais (1:10 000, 1:25 000, 1:50 000 e 1:100 000) e cartas de conjunto (1:1 000 000 e escalas menores) ou regionais.

Em vias de tratamento a curto prazo encontram-se as seguintes colecções:

- Cartas de Angola: 1:250 000 (duas séries), 1:500 000 e cartas de conjunto (1:1 000 000 e escalas menores);

- Cartas da Guiné: 1:50 000 e outras.

Foram também inventariadas outras cartas para trabalho futuro.

Aos registos bibliográficos encontram-se associadas imagens de baixa resolução, no caso das bases disponibilizadas em linha, mas todos os documentos são digitalizados com a máxima qualidade e trocados entre as instituições participantes, de acordo com as cláusulas estipuladas no contrato de parceria.

Ainda segundo este contrato, os resultados só são

4 *Veja-se, a este respeito, de Milton Silva e Sandra Fernandes, "Séries cartográficas portuguesas: um projecto de partilha institucional de recursos para uma nova rede de informação" (in Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 9, Ponta Delgada, 2007 – Bibliotecas e arquivos [CD-ROM]: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação: actas, APBAD, Lisboa, 2007), em:*

<http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/documentos/comunicaçãobaCEG-IGeoe.pdf>  
ou <http://www.apbad.pt/Downloads/congresso9/COM4o.pdf>

divulgados após a sua validação técnica e científica, a cargo de Sandra Fernandes e Maria Helena Dias, respectivamente. Todos os registos bibliográficos produzidos contêm a seguinte menção, em notas: "Catalogação: Sandra Fernandes (CEG) e Luísa Remédios (IGeoE); apoio técnico: Sandra Fernandes (CEG); apoio científico: Maria Helena Dias (Consultora, IGeoE)".

No caso das séries cartográficas tem-se procurado adicionar ao registo, que descreve cada uma delas, um esquema de junção, às vezes especialmente preparado para o efeito, que oriente a pesquisa pública, até porque na base do IGeoE é possível fazê-lo pelo número da folha (e mesmo por escala). Os exemplos, a seguir mostrados (fig. 1 a 4), ilustram esta preocupação. Por outro lado, cada folha ou cada edição de

**Registo nº 4606** Tipo de documento: [Material Cartográfico - Impresso](#)

<b>Título</b>	Miéze
<b>Autor(es)</b>	Serviço Cartográfico do Exército ; reconhecimento de campo da Região Militar de Moçambique
<b>Edição</b>	Ed. 1
<b>Material Cartográfico</b>	Escala aproximada 1:100 000 ; projecção Mercator transversa universal, meridiano central 39° E de Gr.
<b>Publicação</b>	[Lisboa]: S. C. E., 1972 ([Lisboa]: Instituto Geográfico e Cadastral)
<b>Descrição Física</b>	1 folha : color. : 59 x 59 cm
<b>Colecção</b>	( <a href="#">Fotomapa de Moçambique 1:100 000</a> ; fl. 1340-A)
<b>Notas</b>	Cobertura aerofotográfica: 1962
<b>Entradas relacionadas</b>	Continua: <a href="#">Miqueleze</a> , 1968
<b>Assunto(s)</b>	<a href="#">Fotomapa / Cabo Delgado (Moçambique) / Moçambique</a>
<b>Veja Também...</b>	<a href="#">Portugal. Serviço Cartográfico do Exército, 1959-1993</a> <a href="#">Portugal. Região Militar de Moçambique</a> <a href="#">CDU 912.679(084.3)</a> <a href="#">Visualizar o mapa</a>
<b>Localização</b>	<b>FOTMOÇ-1340-A-1 (CEG-MAP)</b> , 0 ex.. - Disponível para consulta na Cartoteca do IGeoE

**Registo nº 4430** Tipo de documento: [Material Cartográfico - Impresso](#)

<b>Título</b>	Fotomapa de Moçambique 1:100 000
<b>Autor(es)</b>	Serviço Cartográfico do Exército ; Região Militar de Moçambique
<b>Material Cartográfico</b>	Escala aproximada 1:100 000 ; projecção Mercator transversa universal
<b>Publicação</b>	[Lisboa]: S. C. E., 1966-1973
<b>Descrição Física</b>	1 fotomapa em 67 folhas : 59 x 59 cm cada fl.
<b>Notas</b>	Executada rapidamente para apoio às operações militares do Exército português durante a Guerra Colonial (1961-1974), esta série parece ter acabado por apenas abranger parte das províncias do Norte de Moçambique (Cabo Delgado, Niassa e Nampula), num total de 64 fl. conhecidas (das quais 3 duplas). Dessas folhas, 45 são edições provisórias (1966-1971), em ozalide, contendo instruções para completamento e reconhecimento, e 40 são definitivas e coloridas (1966-1973), das quais 21 com duas edições, pelo que algumas ficaram na versão provisória. Não se sabe, no entanto, se não terão sido produzidas mais folhas do que as aqui apuradas. As coberturas fotográficas datam de 1962 a 1966, havendo falhas nalgumas folhas. Sujitas as fotografias a um laborioso trabalho de triangulação radial, por processos mecânicos, acrescentados os acidentes do terreno e destacadas as estradas e caminhos, as edições provisórias eram depois localmente corrigidas, pelas forças militares em actuação no terreno, que indicavam as modificações a introduzir para a edição definitiva. - Catalogação: Sandra Fernandes (CEG) e Luísa Remédios (IGeoE); apoio técnico: Sandra Fernandes (CEG); apoio científico: Maria Helena Dias (Consultora, IGeoE)
<b>Assunto(s)</b>	<a href="#">Fotomapa / Moçambique</a>
<b>Veja Também...</b>	<a href="#">Portugal. Serviço Cartográfico do Exército, 1959-1993</a> <a href="#">Portugal. Região Militar de Moçambique</a> <a href="#">CDU 912.679(084.3)</a> <a href="#">Visualizar esquema de junção</a>
<b>Localização</b>	<b>FOTMOÇ (CEG-MAP)</b>

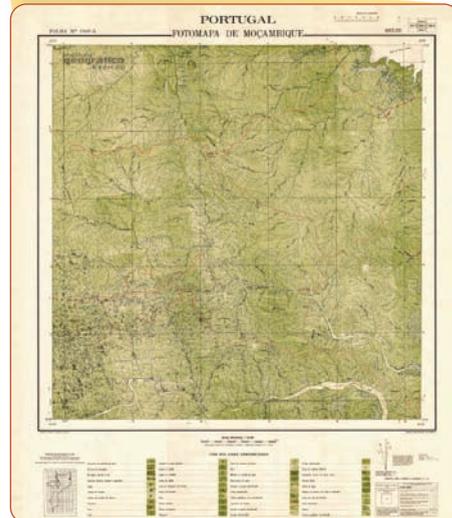


Figura 2 – Exemplo do registo individual de uma folha da mesma série e imagem associada.

uma folha, no caso de existir mais de uma, dão origem a um registo separado, que o campo da colecção unifica e permite ligar a todo o conjunto. As notas têm geralmente um maior desenvolvimento no primeiro caso, por se considerar que algumas informações complementares podem, por um lado, auxiliar a compreender a série e a utilizar os registos das folhas e, por outro, justificar algumas opções tomadas no seu tratamento.



Figura 1 – Registo da série "Fotomapa de Moçambique" e respectivo esquema de junção, para auxiliar o utilizador na selecção da folha pretendida.

Registo n.º 4719 Tipo de documento: [Material Cartográfico - Impresso](#)

**Título** Cadastro geométrico 1:25 000 [da] provincia de Moçambique. Distrito de Lourenço Marques

**Autor(es)** Direcção d'Agrimensura em Lourenço Marques

**Material Cartográfico** Escala 1:25 000

**Publicação** Lourenço Marques : [Serviços de Agrimensura de Moçambique], 1915-1936

**Descrição Física** 1 mapa em 10 folhas : 40 x 80 cm cada fl.

**Notas** As primeiras folhas da carta cadastral de Moçambique foram editadas na década de 10 do século XX, na escala de 1:25 000, no período em que Pedro Luís de Bellegarde da Silva (1853-1917?), oficial de artilharia, dirigiu os Serviços de Agrimensura (só uma folha, mais tardia e não datada mas provavelmente ca. 1929-1930, seria editada quando César Augusto de Oliveira Moura Brás foi seu director). Estes Serviços, então designados por Direcção de Agrimensura, foram criados na sequência do decreto de 9 de Julho de 1909, que estabeleceu o regime provisório para a concessão de terrenos em Moçambique, tendo o seu quadro técnico sido reorganizado em 1912 para os dotar com o pessoal suficiente para os trabalhos em curso. Mas já anteriormente, pelo menos desde a regulamentação aprovada pelo decreto de 2 de Setembro de 1901, existia uma secção embrionária dos serviços, embora sem a independência e os meios reclamados, subordinada às Obras Públicas. Para chefiar esses serviços fora nomeado, em 1906, Bellegarde da Silva, depois de ter desempenhado idênticas funções na Companhia de Moçambique. A carta cadastral aproveitou os trabalhos da triangulação geodésica de 1.ª ordem iniciados pela Missão Geodésica da África Oriental (1907-1910), chefiada por Gago Coutinho, que se estenderam desde o sul de Moçambique até ao Bazaruto, e cujos dados foram fornecidos aos Serviços de Agrimensura para os trabalhos do cadastro geométrico, pelo que o plano geral das cartas progrediu a partir do Maputo mas tendo desde logo sido projectado para norte, cobrindo a área que fora abrangida pelos trabalhos daquela Missão; também foram utilizados os dados das triangulações efectuadas por Hugo de Lacerda para o levantamento do plano hidrográfico da baía de Lourenço Marques (1903-1907, editado em 1908). - Organizada por distritos, a carta cadastral foi publicada inicialmente na escala de 1:25 000, não obstante terem sido logo previstos levantamentos mais detalhados para o cadastro (por regra, 1:5000) e escalas mais reduzidas para as cartas topográficas (1:50 000 e 1:100 000) ou para as cartas mais gerais (1:250 000 ou 1:500 000), constituindo colecções (ou "atlas") de mais fácil consulta e arrumação. No caso do distrito de Lourenço Marques, o plano inicial estabeleceu a divisão do território em 19 compartimentos (com 40 x 40 km cada), desde o Norte de Magude até à fronteira sul (veja-se o "Esboço geographico do distrito de Lourenço Marques contendo o plano da divisão em compartimentos e secções territorias do cadastro predial", em BELLEGARDE DA SILVA, 1911, entre p. XL e XLI, e o esquema da carta cadastral 1:50 000). - As folhas conhecidas desta colecção, na escala de 1:25 000, correspondentes à cidade do Maputo e áreas contiguas, são as relativas ao compartimento 12 e a parte do compartimento 11. Cada folha, com 10 x 20 km, abrange 1/8 do compartimento. - BELLEGARDE DA SILVA, Pedro Luis de - Notícia sobre cadastro geométrico e juridico da propriedade imobiliária na provincia de Moçambique. In: Report of the eleventh annual meeting of the South African Association for the Advancement of Science, Lourenço Marques, 1913, July 7-12. Cape Town: Published by the Association, 1914, p. 401-421 + 16 p. não numeradas entre p. 410 e 411, com 1 mapa. Inclui tradução em inglês, p. 411-421. BELLEGARDE DA SILVA, Pedro Luis de - Agrimensura e cadastro predial na provincia de Moçambique. 2.ª ed. Porto: Oficinas do Commercio do Porto, 1911. J. SOARES-ZILHÃO - A carta da colónia, seu progresso e estado actual. Moçambique: documentário trimestral. N.º 26 (1941), p. 73-125. - Catalogação: Sandra Fernandes (CEG) e Luísa Remédios (IGeoE); apoio técnico: Sandra Fernandes (CEG); apoio científico: Maria Helena Dias (Consultora, IGeoE)

**Assunto(s)** [Mapa cadastral / Maputo \(Moçambique\) / Moçambique](#)

**Veja** [Portugal. Serviços de Agrimensura de Moçambique, 1909-1946](#)

**Também...** [Cadastro geométrico 1:25 000 da provincia de Moçambique Distrito de Lourenço Marques](#)  
[CDU 912.679\(084.3\)](#)  
[Visualizar esquema de junção das folhas](#)

**Localização** MOC25CAD (CEG-MAP), 0 ex.. - Disponível para consulta na Cartoteca do IGeoE

Figura 3 – Outro exemplo: a sub-série "Cadastro geométrico 1:25 000 da provincia de Moçambique. Distrito de Lourenço Marques".

Registo n.º 4714 Tipo de documento: [Material Cartográfico - Impresso](#)

**Título** [Lourenço Marques]

**Autor(es)** Direcção d'Agrimensura em Lourenço Marques, [sendo] o director Pedro Luis de Bellegarde da Silva, cor.el d'artr.ª; levantamento cadastral geométrico pelo pessoal da Agrimensura; M. Kusch, grav.

**Material Cartográfico** Escala 1:25 000

**Publicação** Lourenço Marques : [Serviços de Agrimensura de Moçambique], 1915 (Lourenço Marques) : Imprensa Nacional de Moçambique)

**Descrição Física** 1 folha : color. ; 40 x 80 cm

**Colecção** [Cadastro geométrico 1:25 000 \[da\] provincia de Moçambique](#), Distrito de Lourenço Marques ; fl. XII-4)

**Notas** Nome do director segundo assinatura. - Na numeração da folha indica-se compartimento n.º 12 (ou XII, no quadro de junção) e folha n.º 4. - Catalogação: Sandra Fernandes (CEG) e Luísa Remédios (IGeoE); apoio técnico: Sandra Fernandes (CEG); apoio científico: Maria Helena Dias (Consultora, IGeoE)

**Assunto(s)** [Mapa cadastral / Maputo \(Moçambique\) / Moçambique](#)

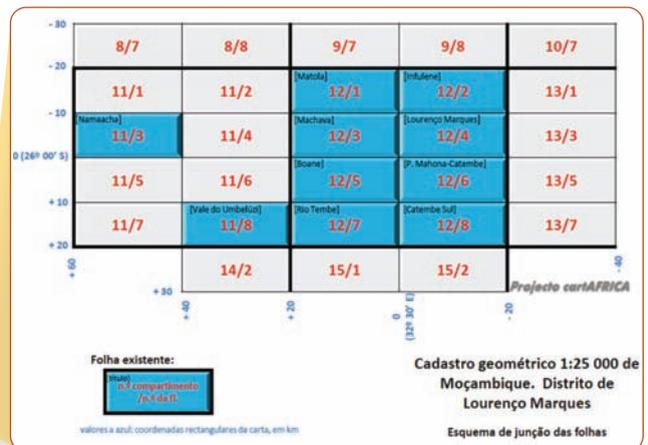
**Veja** [Silva, Pedro Luis de Bellegarde da, 1853-1917?](#)

**Também...** [Kusch, Max](#)  
[Portugal. Serviços de Agrimensura de Moçambique, 1909-1946 Lourenço Marques](#)  
[Maputo](#)  
[CDU 912.679\(084.3\)](#)  
[Visualizar o mapa](#)

**Localização** MOC25CAD-12-4 (CEG-MAP), 0 ex.. - Disponível para consulta na Cartoteca do IGeoE



Figura 4 – Exemplo do registo individual de uma folha da mesma sub-série e imagem associada.



### 3. A base de dados de autoridade

Simultaneamente, iniciou-se a preparação da informação tendente à execução de uma base de autores, dando-se prioridade às instituições, nacionais ou locais, envolvidas na produção dos documentos tratados. Numa primeira fase, tal base será disponibilizada independentemente da base bibliográfica, prevendo-se a sua integração no final do projecto. Estando a decorrer neste momento os ensaios para a sua concretização e a construção do módulo que disponibilizará essa base na Internet, apenas mostraremos, a seguir, dois exemplos do que se planeia concretizar (fig. 5 e 6).

Registo nº 6	Tipo de cabeçalho: <a href="#">Autor Colectividade</a>
<b>Cabeçalho</b>	PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército, organismo cartográfico militar, 1993-
<b>Entradas não usadas (UP)</b>	<a href="#">PORTUGAL. IGeoE</a> <a href="#">PORTUGAL. I. G. E.</a> <a href="#">Instituto Geográfico do Exército</a> <a href="#">PORTUGAL. Ministério da Defesa Nacional. Instituto Geográfico do Exército I. G. E.</a> <a href="#">IGeoE</a>
<b>Veja também (VT)</b>	<a href="#">PORTUGAL. Serviços Cartográficos do Exército, 1932-1959</a> <a href="#">PORTUGAL. Serviço Cartográfico do Exército, 1959-1993</a>
<b>Notas</b>	Designação actual deste organismo público. - Recolha e tratamento da informação: Maria Helena Dias (Consultora, IGeoE); tratamento documental: Sandra Fernandes (CEG)
<b>Nota biográfica ou de actividade</b>	Este organismo teve, desde a sua criação, designações diferentes, ainda que as suas atribuições se tenham genericamente mantido. Substituiu, através do decreto-lei n.º 50/93, de 28 de Fevereiro, que aprovou a lei orgânica do Exército, o anterior Serviço Cartográfico do Exército (1959-1993). A esta instituição, dependente do Comando da Logística do Exército Português, compete a produção de informação geográfica e cartográfica de apoio às necessidades militares, embora grande parte dessa informação seja também disponibilizada para diversos fins civis
<b>Fonte de origem</b>	PT, Projecto cartAFRICA, 20110628
<b>Fonte de informação de dados</b>	DIAS, Maria Helena, ROSSA, José Manuel dos Ramos - Dos Serviços Cartográficos ao Instituto Geográfico do Exército: 75 anos a servir Portugal (1932-2007). Lisboa: I. G. E., 2007. - DIAS, Maria Helena - Contributos para a História da Cartografia militar portuguesa. [CD-ROM]. Lisboa: C. E. G., 2003. - DIAS, Maria Helena (coord.) - Os mapas em Portugal. Lisboa: Edições Cosmos, 1995
<b>Veja Também...</b>	<a href="#">Site do Instituto Geográfico do Exército</a> <a href="#">Publicação comemorativa dos 75 anos</a>

■ *Figura 5 – Exemplo previsto de um registo de autoridade a ser disponibilizado em breve (em modo de visualização completo).*

13. PORTUGAL. Serviços Geográficos e Cadastrais de Moçambique, organismo cartográfico, 1946-1975

[UP PORTUGAL. Serviços Geográficos e Cadastrais](#)  
[PORTUGAL. S. G. C. M.](#)  
[UP Serviços Geográficos e Cadastrais de Moçambique](#)  
[S. G. C.](#)  
[UP S. G. C. M.](#)

[VT PORTUGAL. Serviços de Agrimensura de Moçambique, 1909-1946](#)

Designação do organismo público responsável, à época, pela Cartografia e pelo Cadastro de Moçambique. - Recolha e tratamento da informação: Maria Helena Dias (Consultora, IGeoE); tratamento documental: Sandra Fernandes (CEG)

Este organismo sucedeu aos Serviços de Agrimensura de Moçambique (1909-1946), reorganizados pelo decreto n.º 35 945, de 14 de Novembro (rectificado no Diário do Governo de 4/12/1946), em conjunto com os de Angola e da Guiné. A estes serviços passaram a cumprir, não só os trabalhos do cadastro, como ainda os levantamentos cartográficos, alguns em colaboração com a Missão Geográfica de Moçambique (1932-1983). Em Lourenço Marques era então criada uma Repartição Provincial dos Serviços Geográficos e Cadastrais, dependente do governador-geral da colónia, para além de serviços regionais. Reorganizados em 1962 (decreto n.º 44 239, de 16 de Março, alterado na parte que se refere apenas às nomeações e promoções pelo decreto n.º 45 245, de 14 de Setembro de 1963), nesse ano era aí integrada a Missão de Fotogrametria Aérea de Moçambique, criada em 1956 na dependência da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar. Em 1969 era aprovado o diploma orgânico destes Serviços (decreto n.º 48 876, de 21 de Fevereiro), em conjunto com os de Angola, reestruturando-os. Considerou-se que o organismo foi extinto com a independência de Moçambique

■ *Figura 6 – Exemplo previsto de um registo de autoridade a ser disponibilizado em breve (em modo de visualização abreviado).*

### 4. Os desafios do Projecto cartAFRICA

As instituições cartográficas, as universidades e os centros de documentação nacionais, conscientes do seu papel e das suas responsabilidades, encontrarão certamente na entreaajuda a solução para muitos problemas na disponibilização da informação cartográfica que geram ou guardam, garantindo-a em melhores condições face às crescentes exigências dos utilizadores.

Se a produção normalizada de registos bibliográficos, segundo regras internacionalmente acordadas, já não é hoje problemática (normas, aplicações e técnicos com formação adequada são os ingredientes essenciais) e parece até, para qualquer leigo, aparentemente simples (embora não o sendo), há, no entanto, um apoio fulcral para o bom êxito da tarefa: a investigação de suporte à tomada de decisões. Não basta abrir uma qualquer gaveta ou um armário, onde geralmente se amontoam as cartas ou as folhas das séries, e, uma a uma, ir pacientemente preenchendo os campos da descrição em qualquer aplicação informática disponível para o efeito<sup>5</sup>: autores, escala, data, características físicas...Essas cartas ou folhas interligam-se muitas vezes com outras, arrumadas em gavetas ou armários distintos, e têm uma história que se deve

<sup>5</sup> BIBLIObase, no caso dos projectos aqui referidos.

deixar transparecer na descrição. Reconstituir as séries cartográficas, que os anos passados sobre a sua produção fizeram esquecer — quando foram iniciadas e como evoluíram e se transformaram —, ou agrupar certos documentos, em colecções ou conjuntos onde nasceram ou com os quais se relacionam, são algumas das primeiras tarefas preparatórias. O seu agrupamento e o inventário põem então a descoberto algumas fragilidades. Nem sempre as cartas exprimem sem ambiguidade certos elementos fundamentais e obrigatórios da descrição: ignoram por vezes os autores, que importa descobrir, ou amontoam-nos e é necessário seriá-los (quem é o principal responsável, os seus co-autores e aqueles que se vão considerar secundários) pois terão tratamento diferenciado; ignoram também com demasiada frequência a data em que foram levantados e editados mas não se pode deixar vazio o respectivo campo da descrição; têm títulos pouco adequados, ausentes ou que, no caso das séries, se modificam e a que é preciso estar atento; repetem-se em duas ou mais edições ou em reedições, com diferenças significativas, sem que estas sejam mencionadas e que devem descortinar-se; etc.

Paralelamente, há ainda o estudo dos seus autores, sejam eles organismos ou pessoas, que se interligam e que é necessário identificar, distinguir e caracterizar. O ficheiro de autoridades, independentemente de ser fundamental à organização da informação documental, permite, se bem concebido e adicionando informação relevante, prestar uma ajuda preciosa ao utilizador na pesquisa, constituindo um outro recurso de informação<sup>6</sup>. Redutoramente entendidas como uma mera ferramenta de gestão das bases de dados bibliográficos, as bases de autoridade não são frequentemente disponibilizadas ao público nos centros de documentação nacionais, nem tão-pouco existem para o caso específico da informação cartográfica. Já no Projecto SIDCarta essa preocupação estivera presente mas não se conseguiu, no curto período de tempo e perante a dimensão do espólio abrangido, divulgar na Internet uma verdadeira base de autoridade. Tentar-se-á fazê-lo no cartAFRICA.

Quanto à base de imagens, reconhecendo-se embora o esforço e os benefícios da digitalização de milhares de documentos em papel com os melhores meios técnicos existentes, que os preservam, não se encontrou ainda a solução ideal para que os utilizadores tenham acesso à visualização de informação de qualidade e à sua manipulação, mantendo-se por enquanto a mera visualização passiva de imagens com baixa resolução. No futuro, esta deverá ser uma aposta prioritária, a desenvolver em paralelo com a metacatalogação, aliadas a um novo conceito de mapoteca - a geo-mapoteca -, definida num contexto exclusivamente digital.

IGeoE e CEG partem para este projecto com consciência das limitações: para um trabalho vultuoso a equipa é reduzida e tem de o executar para além da sua rotina diária (as duas técnicas superiores envolvidas na catalogação, uma das quais ainda a adquirir formação, encontram-se sozinhas no apoio às respectivas Cartoteca e Mapoteca, num dos casos com atendimento personalizado e no outro com algumas dezenas de utilizadores diários). Além disso, não há outros meios envolvidos para além daqueles que as duas instituições dispõem ou podem afectar ao projecto. No entanto, todos dão o seu melhor para o êxito do empreendimento. Com isso ganharão as instituições envolvidas, todos os utilizadores e a Cartografia nacional.

<sup>6</sup> Veja-se, sobre este assunto: DOMINGUES, Sandra Cristina Neves Fernandes - Os recursos cartográficos e as bases de autoridade: normas e aplicações. Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de mestrado, Ciências da Documentação e Informação, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.